

Quadro S1 Descrição das normativas vigentes em 2019, organizadas por ano de publicação.

LOCALIZAÇÃO	ANO	NORMATIVA	ATUALIZAÇÃO
Santa Catarina	2001	Lei nº 12.061. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina	-
Minas Gerais	2004	Lei nº 15.072, de 05 de abril de 2004. Dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.	Decreto nº 4.7557/2018, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.
Paraná	2005	Lei nº 14.855. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública	-
Piauí	2005	Lei nº 5.463. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam merenda escolar, a disponibilizarem frutas e sucos naturais aos consumidores e dá outras providências	-
Rio de Janeiro	2005	Lei nº 4.508. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do estado do rio de janeiro, na forma que menciona	-
São Paulo	2005	Portaria Conjunta COGSP/CEI/DSE. Normas para funcionamento de cantinas escolares	-
Vitória/ES	2006	Lei nº 6.786, de 24 de novembro de 2006. Dispõe sobre regulamentação do fornecimento de alimentos nas merendas, cantinas ou similares em escolas públicas municipais e dá outras providências.	Lei nº 8.371, de 25 de outubro de 2012. Acresce §§ 1 e 2 ao 2º artigo da Lei nº 6.786, de 24 de novembro de 2006.
Mato Grosso	2007	Lei nº 8.681, de 13 de julho de 2007. Disciplina a alimentação oferecida nas unidades escolares, públicas e privadas, que atendam a educação infantil e básica do Estado de Mato Grosso	Lei nº 8.944, de 29 de julho de 2008. Altera a redação do Art. 2º, da Lei nº 8.681, de 13 de julho de 2007.
Rio Grande do Norte	2010	Lei nº 9.434. Dispõe sobre o comércio de gêneros alimentícios, por particulares, no interior das escolas estaduais do Rio Grande do Norte e dá outras providências	-
Fortaleza/CE	2010	Lei nº 9.710. Estabelece diretrizes para a promoção da saúde e da alimentação saudável nas escolas de educação básica do Município	-
Campo Grande/MS	2011	Lei nº 4.992. Define normas para a comercialização de alimentos nas cantinas comerciais da Rede Pública e Instituições Privadas de Educação Básica de Campo Grande-MS e dá outras providências	-
Salvador/BA	2012	Lei nº 8.292. Dispõe sobre a proibição da comercialização de lanches e bebidas de alto teor calórico que contenham gordura "trans", nas unidades educacionais públicas e privadas	-
Roraima	2012	Resolução nº 001/12/SECD/CEAE/RR. Dispõe sobre os serviços de lanches nas Unidades Educacionais Públicas que atendam a Educação básica localizadas no Estado, que deverão obedecer a padrões de qualidade alimentar e nutricional, indispensáveis à saúde dos alunos	-
Distrito Federal	2013	Lei nº 5.146, de 19 de outubro de 2013. Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal	Decreto nº 36.900. Regulamenta a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal.
Paraíba	2015	Lei nº 10.431. Proíbe cantinas e lanchonetes instaladas em escolas públicas e privadas de educação infantil, fundamental e média, de venderem bebidas com baixo teor nutricional, como os refrigerantes	-
Sergipe	2016	Lei nº 8.178-A. Proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade infantil em cantinas e similares, instalados em escolas públicas e privadas situadas em todo o Estado de Sergipe	-
Porto Velho/RO	2016	Lei nº 2.306. Estabelece diretrizes, objetivos e ações para a instituição da política municipal de alimentação escolar e dá outras	-

		providências	
Amazonas	2016	Lei nº 4.352. Dispõe sobre a proibição de comercialização, aquisição e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Amazonas, na forma que menciona	-
Maranhão	2017	Portaria nº 52, de 9 de janeiro de 2017. Estabelece diretrizes, objetivos e ações para a instituição da política estadual de alimentação escolar e dá outras providências	-
Rio Grande do Sul	2018	Lei nº 15.216. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul	-
Goiás	2018	Lei nº 10.262. Dispõe sobre a obrigação dos estabelecimentos que comercializem alimentos em escolas da Rede Particular de Ensino que os disponibilizem livres de glúten e dá outras providências.	-

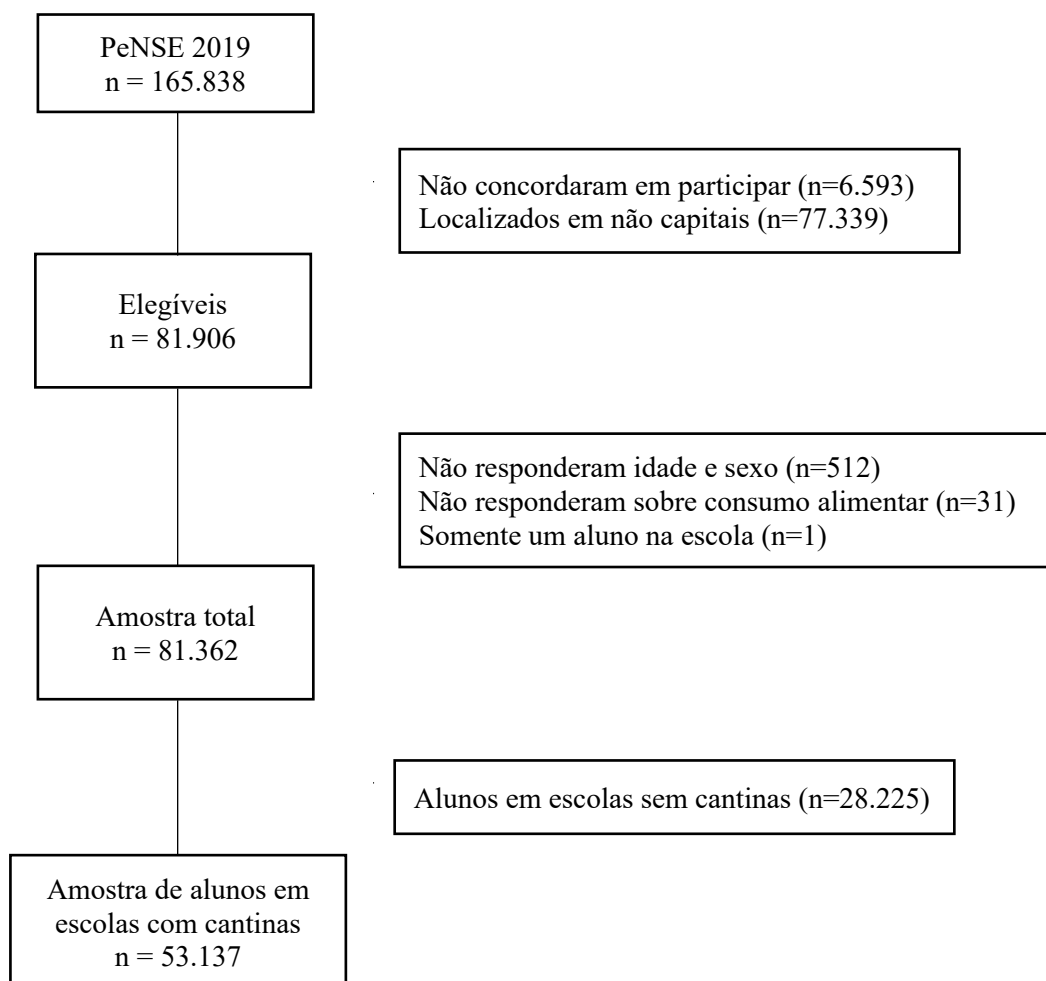


Figura S1 Fluxograma de seleção das amostras. *Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, 2019.*